

Património arquivístico arquidiocesano

Perspectiva histórica da sua formação e defesa

JOSÉ MARQUES

1. Introdução

A temática do *património* é de extrema actualidade, neste tempo em que, desde os profissionais da *Cultura*, aos empresários, políticos, associações de defesa e salvaguarda do património, ecologistas, à Igreja, etc., todos se lhe referem, atribuindo ao termo significados que, embora tendo elementos comuns, se diferenciam no plano específico, podendo-se, por isso, falar de património arquitectónico, bibliográfico, natural, etnográfico, industrial, museológico ... e arquivístico.

Antes de prosseguirmos e porque se trata de estimular a reflexão sobre o estado e as preocupações actuais da Igreja com as múltiplas áreas do seu rico património, em que a documental ocupa uma posição única e insubstituível, temos de reconhecer que, apesar de ter sido a grande responsável pela criação de um vasto e diversificado património, entre nós, parece ter entrado com algum atraso no movimento da sua defesa, salvaguarda e valorização.

Não é fácil definir com rigor e de forma clara o conceito de *património*, sobretudo, atendendo ao número de variáveis, eventualmente, em presença, como a idade ou antiguidade, a matéria prima e outros. Mesmo assim, dada a sua versatilidade operatória, poderemos aceitar a proposta de que *«património é o que tem qualidade para a vida cultural e física do homem e para a existência e afirmação das diferentes comunidades, desde a*

*vicinal e paroquial, à concelhia, à nacional e internacional»*¹. Na qualidade e potencial intencionalidade funcional intrínsecas de um determinado bem reside o *ponto de encontro* ou, se preferirmos, o que poderemos considerar *género próximo*, o que é comum a tudo o que designamos pela simples palavra de *património*, ficando a dever-se a diversidade patrimonial às respectivas diferenças específicas.

A partir desta noção de património, facilmente se descobrem as suas potencialidades para gerar e revelar a identidade da comunidade a que diz respeito, para se afirmar como garante e expressão da memória da comunidade e como factor da ambicionada qualidade de vida, para a qual podem dar excelentes contributos as vertentes patrimoniais: arquitectónica, urbanística, paisagística e a própria natureza. E não se esqueça a dimensão política — mesmo disfarçada sob a designação de cultural —, que também pode estar subjacente a determinadas realidades patrimoniais, podendo servir de exemplo os caminhos europeus de Santiago de Compostela, como factor de ligação e união, que foram, entre os povos europeus, desde a Idade Média².

Ampliou-se imenso a compreensão do conceito de património, falando-se, de acordo com as suas especificidades, de património municipal, nacional, europeu, mundial, diocesano, arquivístico, bibliográfico, natural, cultural comum, etc.

Vão longe, por isso, os tempos em que Alois Riegl, ao publicar *O culto moderno dos monumentos*, se referia, essencialmente, aos monumentos históricos (arquitectónicos) da Áustria, embora reconhecesse e admitisse a existência e importância específica da documentação escrita. O património arquitectónico, porém, ocupava o lugar de excelência.

Não é difícil aplicar este conceito amplo de património ao plano arquivístico, isto é, considerar património arquivístico a documentação, essencialmente a manuscrita, que pelo seu conteúdo e/ou forma reúne qualidade suficiente para contribuir para a vida cultural e para conhecimento histórico e afirmação das comunidades a que diz respeito. No caso da documentação eclesiástica, acresce a sua indispensabilidade para se conhecer a implantação e desenvolvimento da Igreja, ao nível paroquial, diocesano, nacional, etc., e a sua dinâmica missionária e de promoção humana, sob os pontos de vista da fé, da cultura, da assistência, da

-
1. ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de — *Património — Riegl e hoje*, in «Revista da Faculdade de Letras. História», Porto, II Série, vol. 10, 1993, pp. 407-408.
 2. CONFALONIERI, Juan Bautista - LÓPEZ-CHAVES MELÉNDEZ, Juan M. — *El Camino portugués*, Vigo, Asociación Amigos de los Pazos, 1988, pp. 112-114.

sociabilidade, etc., aspectos reiteradamente afirmados, a vários níveis, pelas diversas autoridades e instituições eclesiásticas³.

Neste contexto e atendendo à importância do património documental para a compreensão histórica da vida da Igreja, *mutatis mutandis*, pode e deve aplicar-se, com maioria de razão, aos cristãos, como cidadãos que são, pensando especialmente na documentação eclesiástica, o princípio enunciado no art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 16/93: — «*É direito e dever de todos os cidadãos, do Estado e demais entidades públicas e privadas preservar, defender e valorizar o património arquivístico*».

Muito antes do reconhecimento, no plano cívico, deste «direito e dever de todos os cidadãos», já Paulo VI, na alocução que, em 26 de Setembro de 1963, dirigiu aos arquivistas eclesiásticos, depois de ter afirmado a necessidade da cultura histórica, e que a vida católica possui uma tradição, que efectua, através dos tempos, um desígnio ou mesmo um mistério, tinha recomendado um particular cuidado com os arquivos da Igreja, porque — «*É Cristo que actua no tempo e que escreve, precisamente Ele, a sua história, de maneira que os nossos pedaços de papel são ecos e vestígios desta passagem da Igreja, ou melhor, da passagem do Senhor Jesus no mundo. E eis que, então, o ter o culto destes papéis, dos documentos, dos arquivos, quer dizer, por repercussão, ter o culto de Cristo, ter o sentido da Igreja, dar a nós mesmos e dar a quem vier a história da passagem desta fase do transitus Domini no mundo*»⁴.

No desenvolvimento deste tema podemos distinguir duas perspectivas ou dimensões: uma de âmbito nacional e outra, mais restrita, confinada à arquidiocese de Braga. Embora houvesse toda a vantagem em proporcionar uma visão geral do que em relação ao património arquivístico eclesiástico ocorreu à escala nacional, temos de reconhecer que isso não é possível neste momento, porque, além de não haver um instituto comparável à actual conferência episcopal, responsável por tais iniciativas de conjunto, faltam também estudos monográficos sobre as diversas dioceses, de forma a possibilitarem a elaboração de uma síntese clara e objectiva. Limitar-nos-emos, por isso, a detectar e registar os principais aspectos da solicitude dos preladados bracarenses ao longo da história desta igreja particular, em relação à constituição, defesa e salvaguarda do seu património arquivístico, até à publicação do *Código do Direito Canónico*, de 1983.

3. Para além das disposições dispersas nos decretos conciliares do Vaticano II, do Código de Direito Canónico (1983), do documento da Conferência Episcopal Portuguesa — *Património histórico-cultural da Igreja*, 2.ª edição, Lisboa, 1990, como valiosa síntese, veja-se a Carta circular referida na nota n.º 4.
4. Citado em: *A função pastoral dos arquivos eclesiásticos*. Carta circular da Pontifícia Comissão Para Os Bens Culturais da Igreja, Cidade do Vaticano, (2.2.1997), p. 41.

2. Visão diacrónica das principais medidas tomadas

Não há dúvida de que a Arquidiocese de Braga e a Igreja em Portugal estão confrontadas com a pressão dos poderes estatais e de outras instituições, em relação à organização dos arquivos eclesiásticos, não faltando manifestações de apetites nacionalizantes, na linha de certas posições ideológicas, que vêm de longe. A lei de 1993, que pretendia emendar a de 1985, não chegou a ser regulamentada e também não satisfazia muita gente, e a minuta da nova proposta, apesar de pretender recuperar a confiança perdida, obriga a estarmos atentos. Entretanto, temos consciência do extraordinário papel da Igreja, em Portugal, na produção e conservação, ao longo dos séculos, de grande parte do património arquivístico existente dentro das fronteiras do País.

A fim de explicitar esta afirmação, impõe-se responder à pergunta: — Que fizeram a Igreja e a Arquidiocese de Braga, nesta matéria?

Em relação à primeira parte da pergunta, pelo que acima fica dito, teremos de nos conformar com algumas referências dispersas, mas, quanto à Arquidiocese, podemos e devemos avançar um conjunto de informações, reveladoras da grande solicitude dos prelados e sínodos com a elaboração e conservação da documentação, que hoje se encontra em poder do Estado, no Arquivo da Cúria ou permanece dispersa pelas paróquias da Arquidiocese.

A nossa atenção vai fixar-se, essencialmente no período subsequente à restauração da diocese, em 1071, mas não podemos esquecer que a solicitude a que já nos referimos e vamos documentar mergulha as suas raízes no período suévico, mais concretamente, no cânon XV do II Concílio de Braga, de 572. Com efeito, ao tratar da administração dos bens eclesiásticos, este concílio provincial, presidido pelo arcebispo Martinho de Dume-Braga, depois de esclarecer que esses bens se devem conservar com toda a diligência, boa consciência e fidelidade a Deus, sob a autoridade e juízo de prelado, responsável pelo povo e pela comunidade, proclama, a seguir, a necessidade de estar bem definido perante os presbíteros e diáconos, colaboradores dos prelados, o que pertence à igreja e o que é do bispo, a fim de não ser lesado o direito de cada uma das partes, podendo o prelado dispor apenas do que lhe pertence, a título individual⁵.

5. *Concílhos visigóticos e hispano-romanos*, edición preparada por José Vives, Tomás Marin Martínez e Gonzalo Martínez Díez, Barcelona-Madrid, CSIC, 1963, p.90: — «... *Manifesta autem esse debent quae ad ecclesiam pertinent in conscientia eorum, qui circa epis-*

Embora o referido cânon não faça alusão à existência de qualquer inventário escrito, a sua necessidade estava implícita e, mais cedo ou mais tarde, impor-se-ia o recurso a algum escrito que conservasse, sem alteração, os direitos de cada uma das partes.

Se a mencionada exigência do II concílio bracarense, no período suévico, continha implícita a possibilidade da elaboração de inventários dos bens em causa, através da documentação publicada, no *Liber Fidei*, de que ainda existem alguns originais⁶ e cópias em escrita visigótica, sabemos que tanto antes como após a restauração da diocese, o recurso ao documento escrito e a sua conservação, apesar de não termos notícia de legislação eclesiástica que impusesse tal obrigação, passou a constituir uma prática sistemática, possivelmente, dando continuidade a exigências da *Lei visigótica*, invocada, com relativa frequência, em *arengas* de cartas de doação.

Através dos numerosos documentos transcritos no *Liber Fidei*, dos originais manuscritos e das cópias existentes, confirma-se abundantemente a remota prática de conservar a documentação, a fim de, em qualquer momento, se poder comprovar a legitimidade da posse dos próprios bens.

Neste domínio, temos de reconhecer que, após a restauração da diocese, a situação quanto à elaboração e conservação dos documentos sofreu uma profunda alteração. Com efeito, em 5 de Maio de 1072, já temos notícia de quatro alunos da escola capitular, criada pelo bispo D. Pedro, e poucos anos mais tarde aparecem alguns deles a subscrever documentos diversos, sabendo-se que Honorigo Viliamondes exerceu estas funções durante quarenta anos, no *scriptorium* da Sé de Braga, cujo tesouro servia de arquivo da documentação relativa ao património material que, nos governos dos bispos D. Pedro e S. Geraldo, teve duas fases de significativo crescimento. A importância desta prática ultrapassa

copos sunt presbyteres aut diacones, ut hii omnes sciant quae sunt ecclesiae propria aut si episcopo configerit transitus, nichil eos latere possit ex his quae ad ecclesiam pertinent, ut nullomodo possint minui et perire. Neque res propriae episcopi debent inopportunitatem pro rebus ecclesiae pati;...».

6. A título de exemplo, passamos a indicar os seguintes documentos de que ainda existem os originais: 1025, Agosto, ADB, *Gaveta de Braga*, doc. n.º 87 (publ. no *Liber Fidei*, I, n.º 22, pp. 44 ss.); 1072, Junho, 20, ADB, *Gav. de matérias inúteis*, s.n. (publ. no *L. F.*, n.º 135, pp. 156-157); 1074, Julho, 28, AN/TT, *Mitra de Braga*, cx. 1, n.º 15 (publ. no *L. F.*, n.º 97, pp. 116-118); 1078, Julho, 27, ADB, *Gav. 1.º das igrejas*, doc. 188 (publ. no *L. F.*, n.º 103, pp. 122-124); 1085, Junho, 14, ADB, *Gav. 2.º das igrejas*, n.º 151 (publ. no *L. F.*, n.º 116, pp. 138-139).

os objectivos imediatos da defesa dos bens patrimoniais de Igreja de Braga, pois alguns fornecem informações de natureza histórica, de primeira qualidade, absolutamente imprescindíveis. O documento que melhor elucida esta realidade é a carta de doação de uma herdade à Sé, feita por Paio Peres e sua mulher Maria Pais, no próprio dia da sua dedicação, em 28 de Agosto de 1089, que ostenta a assinatura autógrafa do bispo D. Pedro ⁷.

Conhecemos, é certo, agora, bastante melhor a *Chancelaria Arquiepiscopal de Braga*, desde 1071 a 1244 ⁸, que nos elucida em pormenor sobre a documentação aí produzida, mas em relação à conservação, continuava o mesmo processo de depositar no tesouro o original, algum quirógrafo ou carta partida, isto é, um dos originais múltiplos ou, eventualmente, uma cópia autêntica. Não temos notícia da existência de *livros de registos*, merecendo, por isso, adequado esclarecimento esta informação contida numa carta de doação de 100 áureos feita ao Cabido, em 26 de Maio de 1206, pelo Cónego João Peres, a fim de esta corporação poder resgatar o forno de Pedro Ourives, hipotecado por ocasião de grandíssima fome: — «*Et in memoriam huius facti haec cartula fuit reposita in thesauro Bracarensis ecclesie et scripta in libro testamentorum ut valeat in perpetuum amen*» ⁹. Apesar de este e mais de nove centenas e meia de documentos terem sido transcritos no *Liber Fidei*, não pode ser considerado *livro de registos* — não obstante desempenhar idêntica função —, pois não foi com esse intuito que se procedeu à sua elaboração. A transcrição do referido documento neste importante cartulário constituía mais uma garantia da sua conservação, mesmo que, eventualmente, o original se extraviasse, como veio a acontecer. A mesma solicitude de preservação do conteúdo documental levou à transcrição de outros documentos no *Livro das cadeias*, actualmente, como o anterior, no Arquivo Distrital de Braga (Universidade do Minho).

A preocupação de evitar desvios ao clausulado de certos contratos era suficientemente forte para se proceder à elaboração de originais múltiplos dos actos jurídicos em causa e de se ordenar a guarda de um deles no tesouro do Cabido de Braga, como ficou expresso no auto de sagração da antiga igreja de Moredo, na região brigantina, a que proce-

7. ADB, *Gaveta 2.ª das propriedades do Cabido*, n.º 138. Publ. e reproduzido no *L. F.*, n.º 605, III, pp. 29-31.

8. CUNHA, Maria Cristina Almeida — *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga (1071-1244)*, Porto, 1998. (Dissertação de doutoramento. Policopiada. Inédita).

9. ADB, *Liber Fidei*, fl. 136-136v. doc. 498. (Publ. no *L. F.*, II, pp. [247-248], n.º 498).

deu o arcebispo D. Estêvão Soares da Silva, no mês de Janeiro de 1227: — «*Et ne istud possit verti in dubium fecimus inde fieri duas kartas per omnia similes et per alfabetum divisas quarum unam debent ipsi parrochiani conservare et alia debet reponi in thesauro Bracarensi*»¹⁰. (Ver fig. 1). Ao tesouro do Cabido de Braga, que durante muito tempo serviu também de arquivo, foi parar, da mesma forma, o breve, mas expressivo, inventário da igreja de S. Miguel de Cabreiros, Braga, datado de 25 de Outubro de 1265, que, entre diversos bens móveis, menciona também os livros litúrgicos aí existentes, incluindo um *catenatum*¹¹. (Ver fig. 2).

Esta prática, que vinha de longe, vigorou, por si, independentemente de qualquer estímulo da autoridade eclesiástica, até que o arcebispo D. Frei Telo, nas *constituições sinodais*, de 1281, tomou as primeiras medidas conhecidas da autoridade eclesiástica diocesana, exigindo a elaboração dos *inventários* dos bens das igrejas paroquiais, com o propósito expresso de defesa do património material das mesmas e da resolução de outras situações esporádicas. Com as disposições expressas nestas primeiras constituições bracarenses, a prática de depositar no tesouro do Cabido um dos originais ou cópia autêntica dos documentos importantes não terminou, bem pelo contrário, mas agora passou a fazer-se na sequência de um imperativo legal, claramente expresso, evidenciando a preocupação do responsável máximo diocesano com a preservação da documentação indispensável à defesa de direitos, gestão de patrimónios, controlo administrativo, etc.

O n.º 47 destas *constituições*, aprovadas por este prelado reformador, descreve o procedimento a seguir, tanto quando um novo pároco entrava na paróquia, como pelos que, ao tempo, já estavam em exercício de funções. Assim, no primeiro caso, o novo reitor devia convocar o clérigo, até então responsável pela paróquia, o povo e um *notário*, que fizesse o inventário, de que se deveria conservar cópia na paróquia, ficando o original em poder do *tabelião*; por sua vez, os párocos anteriormente investidos em funções, deveriam também reunir o povo, chamar um notário e declarar-lhe, em consciência os bens encontrados, à data da tomada de posse. Com este procedimento, visava-se salvaguardar o núcleo fundamental dos bens da igreja e da paróquia, podendo o pároco titular dispor

10. ADB, *Gaveta 1.ª das igrejas*, n.º 198. Publ. por COSTA, P.ª Avelino de Jesus da — *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga*, 1.ª ed., Coimbra, 1959, p. 450; e por MARQUES, José — *Povoamento e defesa na estruturação do Estado Medieval Português*, in «Revista de História», CHUP, Porto, vol. 8, 1988, p. 23, com *fac-simile* na p. 24.

11. ADB, *Gaveta 1.ª das igrejas*, n.º 143.

p[er]m[an]ent[em] i[n] eccl[esi]a de Sabazios sub. 8. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100. 101. 102. 103. 104. 105. 106. 107. 108. 109. 110. 111. 112. 113. 114. 115. 116. 117. 118. 119. 120. 121. 122. 123. 124. 125. 126. 127. 128. 129. 130. 131. 132. 133. 134. 135. 136. 137. 138. 139. 140. 141. 142. 143. 144. 145. 146. 147. 148. 149. 150. 151. 152. 153. 154. 155. 156. 157. 158. 159. 160. 161. 162. 163. 164. 165. 166. 167. 168. 169. 170. 171. 172. 173. 174. 175. 176. 177. 178. 179. 180. 181. 182. 183. 184. 185. 186. 187. 188. 189. 190. 191. 192. 193. 194. 195. 196. 197. 198. 199. 200. 201. 202. 203. 204. 205. 206. 207. 208. 209. 210. 211. 212. 213. 214. 215. 216. 217. 218. 219. 220. 221. 222. 223. 224. 225. 226. 227. 228. 229. 230. 231. 232. 233. 234. 235. 236. 237. 238. 239. 240. 241. 242. 243. 244. 245. 246. 247. 248. 249. 250. 251. 252. 253. 254. 255. 256. 257. 258. 259. 260. 261. 262. 263. 264. 265. 266. 267. 268. 269. 270. 271. 272. 273. 274. 275. 276. 277. 278. 279. 280. 281. 282. 283. 284. 285. 286. 287. 288. 289. 290. 291. 292. 293. 294. 295. 296. 297. 298. 299. 300. 301. 302. 303. 304. 305. 306. 307. 308. 309. 310. 311. 312. 313. 314. 315. 316. 317. 318. 319. 320. 321. 322. 323. 324. 325. 326. 327. 328. 329. 330. 331. 332. 333. 334. 335. 336. 337. 338. 339. 340. 341. 342. 343. 344. 345. 346. 347. 348. 349. 350. 351. 352. 353. 354. 355. 356. 357. 358. 359. 360. 361. 362. 363. 364. 365. 366. 367. 368. 369. 370. 371. 372. 373. 374. 375. 376. 377. 378. 379. 380. 381. 382. 383. 384. 385. 386. 387. 388. 389. 390. 391. 392. 393. 394. 395. 396. 397. 398. 399. 400. 401. 402. 403. 404. 405. 406. 407. 408. 409. 410. 411. 412. 413. 414. 415. 416. 417. 418. 419. 420. 421. 422. 423. 424. 425. 426. 427. 428. 429. 430. 431. 432. 433. 434. 435. 436. 437. 438. 439. 440. 441. 442. 443. 444. 445. 446. 447. 448. 449. 450. 451. 452. 453. 454. 455. 456. 457. 458. 459. 460. 461. 462. 463. 464. 465. 466. 467. 468. 469. 470. 471. 472. 473. 474. 475. 476. 477. 478. 479. 480. 481. 482. 483. 484. 485. 486. 487. 488. 489. 490. 491. 492. 493. 494. 495. 496. 497. 498. 499. 500. 501. 502. 503. 504. 505. 506. 507. 508. 509. 510. 511. 512. 513. 514. 515. 516. 517. 518. 519. 520. 521. 522. 523. 524. 525. 526. 527. 528. 529. 530. 531. 532. 533. 534. 535. 536. 537. 538. 539. 540. 541. 542. 543. 544. 545. 546. 547. 548. 549. 550. 551. 552. 553. 554. 555. 556. 557. 558. 559. 560. 561. 562. 563. 564. 565. 566. 567. 568. 569. 570. 571. 572. 573. 574. 575. 576. 577. 578. 579. 580. 581. 582. 583. 584. 585. 586. 587. 588. 589. 590. 591. 592. 593. 594. 595. 596. 597. 598. 599. 600. 601. 602. 603. 604. 605. 606. 607. 608. 609. 610. 611. 612. 613. 614. 615. 616. 617. 618. 619. 620. 621. 622. 623. 624. 625. 626. 627. 628. 629. 630. 631. 632. 633. 634. 635. 636. 637. 638. 639. 640. 641. 642. 643. 644. 645. 646. 647. 648. 649. 650. 651. 652. 653. 654. 655. 656. 657. 658. 659. 660. 661. 662. 663. 664. 665. 666. 667. 668. 669. 670. 671. 672. 673. 674. 675. 676. 677. 678. 679. 680. 681. 682. 683. 684. 685. 686. 687. 688. 689. 690. 691. 692. 693. 694. 695. 696. 697. 698. 699. 700. 701. 702. 703. 704. 705. 706. 707. 708. 709. 710. 711. 712. 713. 714. 715. 716. 717. 718. 719. 720. 721. 722. 723. 724. 725. 726. 727. 728. 729. 730. 731. 732. 733. 734. 735. 736. 737. 738. 739. 740. 741. 742. 743. 744. 745. 746. 747. 748. 749. 750. 751. 752. 753. 754. 755. 756. 757. 758. 759. 760. 761. 762. 763. 764. 765. 766. 767. 768. 769. 770. 771. 772. 773. 774. 775. 776. 777. 778. 779. 780. 781. 782. 783. 784. 785. 786. 787. 788. 789. 790. 791. 792. 793. 794. 795. 796. 797. 798. 799. 800. 801. 802. 803. 804. 805. 806. 807. 808. 809. 810. 811. 812. 813. 814. 815. 816. 817. 818. 819. 820. 821. 822. 823. 824. 825. 826. 827. 828. 829. 830. 831. 832. 833. 834. 835. 836. 837. 838. 839. 840. 841. 842. 843. 844. 845. 846. 847. 848. 849. 850. 851. 852. 853. 854. 855. 856. 857. 858. 859. 860. 861. 862. 863. 864. 865. 866. 867. 868. 869. 870. 871. 872. 873. 874. 875. 876. 877. 878. 879. 880. 881. 882. 883. 884. 885. 886. 887. 888. 889. 890. 891. 892. 893. 894. 895. 896. 897. 898. 899. 900. 901. 902. 903. 904. 905. 906. 907. 908. 909. 910. 911. 912. 913. 914. 915. 916. 917. 918. 919. 920. 921. 922. 923. 924. 925. 926. 927. 928. 929. 930. 931. 932. 933. 934. 935. 936. 937. 938. 939. 940. 941. 942. 943. 944. 945. 946. 947. 948. 949. 950. 951. 952. 953. 954. 955. 956. 957. 958. 959. 960. 961. 962. 963. 964. 965. 966. 967. 968. 969. 970. 971. 972. 973. 974. 975. 976. 977. 978. 979. 980. 981. 982. 983. 984. 985. 986. 987. 988. 989. 990. 991. 992. 993. 994. 995. 996. 997. 998. 999. 1000.

Fig. 2 – ADB, Gav. I.º das igrejas, n.º 143.

tipos de cartas que podiam ser elaboradas pelos escrivães em exercício de funções perante o Arcebispo e o vigário geral, em Braga, ou perante os vigários gerais sediados em Vila Real (Mateus) e em Bragança (Castro de Avelãs) ¹⁶; visando, essencialmente, evitar aos diocesanos e aos párocos os graves incómodos das longas e penosas deslocações a Braga. Pelo conhecimento directo que temos da documentação, podemos, mesmo, estabelecer o contraste entre as preocupações com a organização do *arquivo* ou *cartório diocesano*, no tempo de D. Fernando da Guerra, e uma certa desordem a que se chegou no tempo de D. Luís Pires, relacionadas com as dificuldades dos primeiros dez anos do seu governo arquiepiscopal.

Embora se conheçam situações idênticas anteriores e também posteriores, as medidas tomadas para as resolver, da melhor forma, revelam também a crescente atenção que se prestava ao *arquivo diocesano*. A fim de esclarecermos este aspecto, parece-nos oportuno transcrever aqui uma passagem do que, há anos, escrevemos acerca do extravio de algumas *matrículas de ordens*, começando por recordar que, «em 15 e Setembro de 1481, o próprio bispo D. Frei Gil mandou trasladar, em auto notarial, elementos referentes às ordenações celebradas em 1461 no Mosteiro de Refojos de Basto e em Roças e de uma celebrada na sua câmara, em 18 de Outubro de 1463.

Mais elucidativo ainda é o auto notarial que o mesmo D. Frei Gil teve de promover, em 14 de Maio de 1464, relativamente à ordenação conferida em Santa Maria de Barcelos, no dia 6 de Agosto de 1480, donde consta o seguinte: — «*E porque passava pera outras partes a crismar e dar ordeens e exercitar seu officio pastoral que leixara a dicta matricolla aos juizes e officiaes da dicta villa de Barcelos que entom eram que a metessem em seu cartorio pera quando lha elle pedisse lha averem de dar e seer metida no cartorio da egreja de Bragaa e que elles em lugar de asy fazerem perderam adicta matricolla da quall se nunca pode aver nem cobrar recado alguum. E que porquanto por absencia da dicta matricolla em alguum tempo se poderia poer em duvida nas dictas cartas ou cada hũa dellas as quaaes segundo Deus e sua consciencia eram verdadeiras que elle pedia ao dicto viguairo que mandasse por ellas fazer hũa matricula retroguado modo...*». A lista foi incompletamente reconstituída, porquanto, no dia 17 seguinte, apareceram mais algumas cartas individuais, que foram então registadas. Não foram estas as únicas vezes em que houve necessidade de elaborar registos supletivos. Assim, de 19 de Maio de 1464, data um em

16. MARQUES, José — *O Regimento...*, in «O. c.», pp.90-92 e 96-104.

que na mesma folha se registaram *cartas de ordens* de diferentes meses desse ano e até de dois anos posteriores. Outras vezes deparam-se-nos *matrículas* mal datadas, como a que ostenta a data de 27 de Março de 1472, cuja rubrica destinada aos presbíteros abre com a menção do *converso* Mestre Paulo candidato ao presbiterado. Este simples pormenor revela o grave erro desta datação, pois em 27 de Agosto de 1466, já o referido *converso* tinha sido confirmado na paroquial de Sequiade, Barcelos, na sua qualidade de *clérigo de missa*, sendo, por isso, forçosamente cerca de seis anos anterior a ordenação a que se refere a matrícula em causa»¹⁷. A corroborar a necessidade de corrigir uma certa desorganização a que aludimos lá está o elucidativo título atribuído ao caderno datado de 17 de Dezembro de 1478: — «*Matricollas que foram achadas em diversas partes que eram perdidas*»¹⁸.

O caso que a seguir se resume exemplifica bem o cuidado que havia com a documentação a guardar no *cartório diocesano*: — D. Frei Gomes da Rocha, bispo auxiliar de Braga e comendatário do mosteiro beneditino de Pombeiro, em 31 de Março de 1494, celebrou uma ordenação particular, na sua *câmara*, sem autorização de D. Jorge da Costa. A reacção deste arcebispo foi de tal ordem que nem sequer consentiu que a respectiva *matrícula* fosse depositada no cartório da Mitra, enquanto D. Frei Gomes da Rocha vivesse. Ignorava, intencionalmente, os clérigos ordenados sem o seu conhecimento e autorização. A lista dos ordenados permaneceu em poder do cônego Pedro Eanes de Campelo, até ser depositada no cartório de Mitra, em 20 de Dezembro de 1497, tendo-lhe sido aposta a seguinte epígrafe: — «*Matricula das ordens que o bispo deu inscio Domino Archiepiscopo*». Na mesma data o referido capitular, que se encontrava enfermo, enviou ao arcediogo de Olivença outra *matrícula de ordens*, até então em seu poder. Antes de lhe dar entrada definitiva, o arcediogo de Olivença mandou o notário Marçal Vasques ajurar, aos Santos Evangelhos, o cônego Pedro Eanes Campelo, «*se bem e verdadeiramente escrepvera esta matrícula*», tendo obtido resposta afirmativa¹⁹.

A casuística em torno deste tema poderia prosseguir com a exposição das medidas tomadas pelo Cabido, em 25 de Abril de 1499, quanto ao aforamento de propriedades e outros assuntos relacionados com a gestão dos bens, rendas ou dinheiros da corporação²⁰, ou acerca da elaboração

17. MARQUES, José — *A Arquidiocese de Braga...*, pp. 964-965.

18. MARQUES, José — *O. c.*, p. 965.

19. *Ibidem*.

20. ADB, *Prazos do Cabido*, t. III, fl. 85v, Citado por MARQUES, José - *O. c.*, p. 394.

do *Livro das rendas da mesa capitular*, criticamente datado de Novembro/Dezembro de 1500²¹.

Se até aqui nos detivemos na diversidade de aspectos atinentes à produção e, sobretudo, à conservação documental, foi para demonstrar que, apesar de ao longo da Idade Média, até 1477, ano em que surgiram as *constituições sinodais* de D. Luís Pires, no plano legislativo, só poderemos contar com a exigência da elaboração dos inventários paroquiais, feita por D. Frei Telo, temos de registar também uma intensa *prática* de defesa da documentação, que, no século XV, assumiu cambiantes muito significativas.

Das mencionadas *constituições sinodais* de D. Luís Pires vale a pena transcrever, na íntegra, a constituição XII.^a, relativa à elaboração dos inventários dos ornamentos das igrejas e mosteiros, considerados indispensáveis à sua preservação, podendo-se mesmo afirmar que, em muitos aspectos, conserva plena actualidade: — «*Item, porque achamos que muitas cousas das igrejas e mosteiros se perdem per minga d'enventairo em que devem seer escriptas, quando as entreguam aos thesoureiros ou sacristães que novamente emtram a ofício, os quaaes veendo tal negligencia leixam perder ou emlhear ou per sy mesmos amoram e destruem os ornamentos e cousas da egreja, sperando que lhe nom ham de seer demandadas pois que per emventairo lhes nom som entregues. Porém mandamos e defendemos a todollos abbades, priores e beneficiados e a quaaesquer outras pessoas a quem esto pertencer que daqui em diante, quando quer que o thesoureiro ou sacristão novamente emtrar ao ofício, nom lhe entreguem ornamentos, livros ou outras cousas de que hé custume lhes serem entregues sem primeiramente serem escriptas e postas em emventairo, obrigando-sse o dicto thesoureiro ou sacristão de as guardar mui bem e as entregar todas pello dicto emventairo assy como recebeo com todollos outros ornamentos e cousas que despois do emventairo fecto aa dicta egreja forem dadas ou oferidas, as quaaes cousas mandamos que ao tenpo que forem dadas e oferecidas logo sejam escriptas no dicto emventairo.*

E o que aquy mandamos dos ornamentos que se acostumam serem entregues aos thesoureiros ou sacristães queremos que tambem se entenda na prata e nos outros melhores ornamentos e cousas que sooem a ser entregues aos beneficiados ou a quaaesquer outras pessoas, em tal guisa que assy huuns como outros senpre recebam e emtreguem per emventairo com quaaesquer outras cousas que em seu tenpo aa egreja forem dadas ou ofere-

21. MARQUES, José – O. c., pp. 394 e 465, nota 369.

cidas. E per este modo a egreja nom perderá o seu e senpre saberá em certo o que tem assy do passado como do que lhe em cada huum anno for dado, leixado ou oferecido. E qualquer que atee o primeiro dia de Fevereiro que vem nom fezer o dicto emventairo pague trezentos reaes pera obra da nossa see» 22.

Dispensamo-nos de comentar os diversos aspectos desta constituição, dada a clareza do seu teor. Apesar disso, gostaríamos de observar que, se o objectivo fundamental destas disposições legislativas era a defesa do património material das igrejas, — incluindo os livros, nesta data, obviamente, manuscritos — não devemos perder de vista que esses mesmos inventários eram, ao mesmo tempo, peças importantes que integravam o património arquivístico arquidiocesano, que assim se ia constituindo.

Além dos inventários elaborados na sequência destas disposições sinodais, conhecemos também alguns, do século XV, anteriores a 1477, como acontece com os de S. Paio de Perelhal 23, S. Tomé de Travassós (13.07.14021) 24 e S. Miguel das Marinhas (16.09.1419) 25.

Em relação à constituição de D. Frei Telo, esta de D. Luís Pires caracteriza-se pelo realismo com que procede à análise de situações e procura dar-lhes o remédio adequado, que passava pela elaboração dos inventários, instrumentos imprescindíveis para se proceder ao controlo dos bens do património móvel e imóvel das igrejas. A sua inexistência, segundo o teor da constituição, era, mesmo, um factor estimulante do desleixo e da incúria dos responsáveis imediatos, que se consideravam seguros e acima de qualquer hipótese de virem a ser responsabilizados, dada a inexistência de qualquer documento escrito que permitisse o controlo do património recebido.

Face à promulgação destas medidas legislativas, referendadas pela assembleia sinodal, impõe-se perguntar qual foi o resultado prático no

22. *Synodicon hispanum. II. Portugal*, pp. 88-89.

23. ADB, *Gaveta 2.ª das igrejas*, n.º 158.

24. ADB, *Colecção cronológica*, cx. 25, s.n. Atendendo a que a documentação da *Colecção cronológica*, inicialmente instalada em caixas seriadas numericamente, cada uma com um determinado número de documento, passou a ter uma numeração corrida, sem que, lamentavelmente, tivesse havido o cuidado de elaborar uma correspondência de cotas, a única hipótese de aceder a este documento será requisitá-lo através da data completa, apresentada no texto.

25. ADB, *Gaveta 1.ª das igrejas*, n.º 46.

período subsequente, que, neste caso, se prolongou de 1477 até que, em 1505, D. Diogo de Sousa dotou a sua Arquidiocese com novas constituições, versando a XXXIX.^a «*acerqua de se fazerem inventairos de todas as herdades das igrejas*»²⁶.

A justificação desta constituição acompanha de perto a apresentada por D. Luís Pires, e como ele, via na falta de inventários a causa principal da perda de bens e direitos das igrejas, dos mosteiros e dos benefícios, reconhecendo, ao mesmo tempo, que a inexistência de autos de delimitação das freguesias estava na origem de muitas demandas, de nefastas consequências. Ordenava, por isso, aos responsáveis pelos bens e direitos das igrejas e mosteiros — dignidades, cônegos, Cabido, abades, priores, e reitores — «*que tudo ponham em emventairo feito per mão de notairo ou tabeliam*», explicitando que o mesmo devia ser feito em duplicado, a fim de um dos exemplares ser conservado no benefício a que dizia respeito, e o outro enviado para o cartório da Sé de Braga.

Nesta constituição, D. Diogo de Sousa, além de reconhecer o desleixo de «*muitos abbades e rectores que trabalham pouco por procurar por isso*», introduz um aspecto novo, ao exigir que se faça e registe por escrito a delimitação das freguesias, condição indispensável para a correcta recolha dos dízimos e conhecimento do âmbito geográfico da jurisdição dos párocos, cuja indefinição era uma potencial fonte de litígios.

Estas deliberações de D. Diogo de Sousa não eram inéditas, pois além de já ter encontrado um bom referencial nas constituições de D. Luís Pires, tinha a experiência do que havia escrito na constituição XLII.^a das constituições do Porto, de 1496, sendo o conteúdo da homóloga de Braga, substancialmente idêntico²⁷.

Pode dizer-se que, nesta altura, já se estava muito longe da prática consuetudinária de depositar no tesouro da Sé de Braga um exemplar dos documentos relativos aos bens patrimoniais das igrejas, e tinha-se entrado já pela via do sistemático predomínio da legislação, que não eliminava a prática anterior, antes a consolidava, encarando-a como cumprimento de uma exigência legal.

As constituições bracaraenses até aqui invocadas a propósito da defesa do património das igrejas constituíram o ponto de partida de uma crescente actividade legislativa neste domínio, que muito contribuiu para o enriquecimento do património arquivístico da Igreja arquidiocesana. Mas, se até aos princípios do século XVI, as assembleias sinodais se limi-

26. *Synodicon hispanum. II. Portugal*, p. 171.

27. *Synodicon hispanum. II. Portugal*, pp. 386-387.

tavam a dedicar apenas uma ou duas constituições às questões patrimoniais, o sínodo reunido, em 1537, por ordem do arcebispo Infante D. Henrique, futuro Cardeal Rei, dedicou o título XVIII das constituições então aprovadas e publicadas no ano seguinte, que inclui cinco constituições, subordinadas ao tema comum: — «*Da prata das igrejas e dos bens e proprios dellas*».

Na impossibilidade de nos determos na análise de cada uma destas constituições, bastará enunciar os títulos de cada uma delas, aliás, suficientemente expressivos:

- 1.^a - *Que se pese a prata que ouver em cada ygreja.*
- 2.^a - *A quem serra entrigue a prata da ygreja.*
- 3.^a - *Que aja livro autentico de tombo em cada ygreja em que se ponham os bens della: e aja tavao no coro de cada hũa em que se screvam os aniversairos e capellas.*
- 4.^a - *Que em cada igreja aja arca de escrituras em que ellas e o tombo sejam metidos.*
- 5.^a - *Que as escrituras que sahirem da arca se tornem a ella.*

O simples enunciado das constituições deste título XVIII revela, de forma iniludível, a solicitude do arcebispo Infante D. Henrique pela defesa dos bens e direitos da sua Igreja, incluindo a Sé, as igrejas paroquiais e outras situadas dentro dos limites da Arquidiocese. A par desta preocupação corria a atenção ao património arquivístico, desde a elaboração das escrituras e tombos, à exigência da uma arca para a sua guarda e conservação e à obrigação de nela repor, sem demora, quaisquer documentos que fosse necessário retirar temporariamente.

Embora não seja viável, nas actuais circunstâncias, comentar o teor destas constituições, cremos ser imperioso salientar que a terceira, relativa à organização dos tombos das freguesias, fazendo menção de tudo o que deviam incluir, acrescentando que o prazo para a sua elaboração foi alargado para três anos, teve grande sucesso, embora nem todas as paróquias respondessem positivamente à ordem de inventariar os seus bens. Na verdade, consultando os instrumentos de busca actualmente existentes no Arquivo Distrital de Braga, alguns dos quais datam de quando o núcleo central desse arquivo era propriedade da Igreja, verifica-se que um grande número de paróquias, dispersas por toda a vasta Arquidiocese, que até 1545, chegava à fronteira transmontana com Castela, desencadeou o processo canónico conducente à feitura do tombo ou inventário do seu património — com a intervenção do notário, tabelião ou simplesmente do

escrivão comissionado para o efeito —, de acordo com o disposto na mencionada constituição, incluindo, por princípio, o auto de delimitação da freguesia, com que, muitas vezes, abre o livro ou simples caderno do tombo, aparecendo, noutros casos, na parte final do mesmo. Também nesta constituição figura a exigência de entrega de uma cópia autêntica no arquivo diocesano: — «*E mandamos que este livro do tombo se ponha no cartorio da igreja e mandaram outro tal e autentico ao cartorio da nossa See pera que faça fee: e este perpetuamente na igreja metropolitana pera guarda e conservaçam do dereito das igrejas inferiores*»²⁸.

Para satisfação dos investigadores e utilidade das respectivas freguesias, no Arquivo Distrital de Braga (Universidade do Minho), conservam-se numerosos tombos feitos, nos anos seguintes, na sequência do disposto nas *constituições* de 1537, publicadas em 1538.

Mas a atenção ao património material e arquivístico das igrejas não se restringia às seis constituições do citado título XVIII. Com efeito, o título XIX trata *Dos empraçamentos e arrendamentos dos beens e rendas das igrejas* e é, também, integrado por seis constituições, a primeira das quais, expressamente, dirigida ao povo — segundo consta da rubrica impressa na margem da goteira — determina «*Como se faram os empraçamentos e escambos vendas ou outros alienamentos dos beens das igrejas e as ennovações*», actos jurídicos que implicavam a consequente redução a escrito e enriquecimento do património arquivístico a conservar, na forma das constituições 4.^a e 5.^a do título precedente²⁹.

Vinte e nove anos depois do sínodo agora referido, em 1566, D. Frei Bartolomeu dos Mártires, procurando executar os decretos do Concílio de Trento, reuniu, em Braga, o IIII Concílio Provincial Bracaraense, cujas *Actas* saíram, em Braga, no ano seguinte, da oficina de António de Mariz, que se intitula «*tipógrafo do Reverendíssimo Senhor Arcebispo Primaz das Espanhas*»³⁰.

Foram diversas as deliberações tomadas neste concílio provincial com interesse para o tema do *património arquivístico*, que particularmente nos interessa, neste momento, convindo anotar que as decisões constantes das *actas* conciliares tinham um alcance que, pelo menos

28. *Constituições do Arcebispado de Braga* (1538), fl. LVIIIv. (BNL, Res. 968A).

29. *Constituições do Arcebispado de Braga* (1538), fl. LVv-LVIII (BNL, Res. 968A).

30. *Concilium Provinciale Braccarense IIII...*, Braccarae. Apud Antonium à Maris Typographum Reverendissimi Domini Archiepiscopi Hispaniarum Primatis. Anno 1567. (Frontispício).

teoricamente, ultrapassava o âmbito da Arquidiocese de Braga, já que se tratava de um concílio *provincial*, faltando saber até que ponto foram seguidas nas dioceses sufragâneas. Concretizando o que afirmámos, aí se urgiu a organização dos livros de assentos de *baptismo* e de *casamentos*, determinando que as datas (ano, mês e dia) fossem escritas por extenso e não de forma numérica, a fim de evitar falsificações na idade para efeitos de recepção de ordens e do matrimónio³¹; além disso, impunha a existência de livros destinados, respectivamente, ao *registo* nominal dos *examinadores sinodais*, que deveria estar no arquivo público da catedral³²; à descrição individual do *estado das igrejas* unidas às mesas episcopais, informando do seu património, rendas, estado de conservação, com especial menção dos tectos, porção destinada aos vigários incumbidos da respectiva cura pastoral, etc.³³; ao *registo dos clérigos de ordens menores e maiores*, pretendendo, assim, pôr termo à conhecidas listas de *matrículas de ordens*, tão susceptíveis de extravio, como acima se disse³⁴, das *licenças* para os párocos e seus substitutos se poderem ausentar das mesmas³⁵, das *escrituras públicas* dos notários, determinando que, se não tivessem sido examinados anteriormente, o fossem agora, registando o facto no respectivo livro, e estabelecendo outros requisitos para o exercício de tais funções, etc.³⁶

Não é necessário mencionar todos os livros que o concílio exigia, mas é sabido que nos tempos imediatos, que, por vezes, se prolongaram até às primeiras décadas do século XVII, não faltaram párocos que responderam a estas exigências com um único livro *misto*, onde registavam os casamentos, baptizados, óbitos e até as confirmações dos paroquianos, sendo também baste lacónicos na elaboração destes assentos, aspecto, de que os visitantes deixaram frequente notícia, ao recomendar maior atenção e cuidado no registo completo dos dados que deles deviam constar.

A partir do III Concílio Provincial de Braga, foi necessário esperar setenta e quatro anos para se realizar um novo sínodo, convocado pelo arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha, de que saíram novas consti-

31. *Concilium Provinciale...*, actio III, cap. 18, fl. 18v.

32. *Concilium Provinciale...*, actio III, cap. 2, fl. 55v.

33. *Concilium Provinciale...*, actio II, cap. 20, fl. 31.

34. *Concilium Provinciale...*, actio II, cap. 2, fl. 40.

35. *Concilium Provinciale...*, actio III, cap. 9, fl. 67v.

36. *Concilium Provinciale...*, actio V, cap. 12. fl. 101v-102.

tuições sinodais, em 1639, que só vieram a ser impressas em 1697³⁷. Quanto à problemática dos cartórios, que temos vindo a acompanhar, podemos dizer que estas constituições fizeram uma recapitulação alargada de quanto nos séculos anteriores tinha sido preceituado em matéria de livros e cartórios eclesiásticos e dos cuidados a ter na sua guarda. Além do conjunto de condições a que o conteúdo dos livros devia obedecer, de acordo com o fim a que se destinavam³⁸, a propósito dos sacramentos do *baptismo*³⁹, *confissão*⁴⁰, *confirmação*⁴¹, *ordem*⁴² e *matrimónio*⁴³ vão renovando a obrigação que impendia sobre os párocos e curas de fazerem com toda a diligência e rigor os assentos, incluindo também os dos *óbitos*. Em relação às freguesias ou igrejas que ainda não tinham feito o respectivo tombo, determinavam que o mesmo deveria ser elaborado dentro de um ano, particularizando que poderia ser de pergaminho ou de papel, encadernado em couro, com brochas ou correias fortes para melhor guarda⁴⁴, ordenando também que toda esta e outra documentação deveria ser guardada numa arca, as condições em que era possível deixar sair da arca algum documento e as precauções a tomar para evitar eventuais extravios, etc.⁴⁵

Nesta mesma linha de pensamento, passemos agora à apreciação das constituições do sínodo de 1713, reunido por ordem do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles, de extraordinária importância no contexto do tema que estamos a desenvolver.

Destas constituições sinodais, há anos publicadas⁴⁶, interessam-nos, particularmente, a 3.^a e a 4.^a, pelas quais foram tomadas duas decisões

37. MARQUES, José – *Sínodos bracarense e renovação pastoral*, in «Theologica», II série, vol. XXX, fasc. 2, 1995, p. 308.

38. *Constituições synodais do Arcebispado de Braga ordenadas no anno de 1639* (publ. em 1697, pp. 23-25. Nos casos seguintes, citá-las-emos, de forma abreviada: *Constituições... de 1639*, seguido do número da página.

39. *Constituições ... de 1639*, pp. 23-25.

40. *Constituições ... de 1639*, p. 33: — «... em cada hum anno fação seus roes...».

41. *Constituições ... de 1639*, p. 31.

42. *Constituições ... de 1639*, pp. 127.129.

43. *Constituições ... de 1639*, p. 161.

44. *Constituições ... de 1639*, pp. 343-344.

45. *Constituições ... de 1639*, pp. 348-349.

46. SOARES, Franquelim Neiva – *O sínodo de 1713 e as suas constituições sinodais*, in *IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga. Congresso Internacional. Actas*, vol. II/2. *A Catedral de Braga na História e na Arte (Séculos XII-XIX)*, Braga, Universidade Católica Portuguesa e Cabido Metropolitano Primacial, 1990, pp. 226 ss.

altamente meritórias, dos pontos de vista pastoral e cultural. Com efeito, pela constituição 4.^a foram instituída a prática da elaboração dos *livros dos testamentos*, isto é, os livros destinados a receberem a transcrição das verbas testamentárias, referentes aos sufrágios dos testadores e de outras pessoas por eles indicadas, bem como de outros legados pios, pretendendo-se, desta forma, obviar aos nefastos efeitos do frequente desleixo, quando não resistência, dos familiares e testamenteiros ao cumprimento da última vontade dos testadores, quanto a sufrágios e outros legados pios ⁴⁷. Se esta medida se pode considerar notável, no plano pastoral e religioso, a decisão patente na constituição 3.^a, além de revelar uma grande preocupação pastoral, exprime uma incalculável dimensão cultural e uma força de vontade bem mais forte do que a determinação com que este prelado salvou o Bom Jesus do Monte, criando uma nova confraria, a que ele próprio presidiu, e dando início à monumentais obras, que todos admiramos, sem esquecermos o grande centro de culto e devoção aí sediado.

Com estas afirmações, queremos salientar a criação do *arquivo dos livros findos*, que o Arcebispo justificou alegando a necessidade de os conservar, a fim de se poder efectuar «a averiguação, assim da pureza de sangue como das descendências, identidade das pessoas e parentescos», o que até então, muitas vezes, não era possível fazer, porque, depois de terem terminado, os livros faltavam das igreja e, por morte dos párocos perdiam-se ou eram ocultados, com graves inconvenientes para aqueles que aí estavam inscritos e para outros, que, por falta das informações aí contidas, eram gravemente prejudicados.

Tentando pôr cobro a estas situações, esta constituição determinava que, decorrido um mês sobre a data do último assento registado livros «dos baptizados, cazados e defuntos das igreja de todo este Arcebispado», os respectivos livros fossem entregues, em Braga, ao *escrivão dos livros findos*, a fim de os colocar no lugar que lhe competia nesta secção do cartório, sabendo-se, de antemão, que a ordem a seguir seria a das *visitas e comarcas*, e que ao *escrivão dos livros findos* competia passar as certidões solicitadas ⁴⁸.

Em 1807, o Príncipe Regente, futuro D. João VI, fez a primeira incursão conhecida da autoridade régia, no domínio do arquivos eclesiásticos portugueses, que se a podemos considerar como mais uma mani-

47. SOARES, Franquelim Neiva – *O. c.*, pp. 228-229.

48. SOARES, Franquelim Neiva – *O. c.*, pp. 227-228.

festação de *regalismo*, talvez seja mais correcto interpretá-la como uma necessidade de carácter militar. Com efeito, o Príncipe Regente tinha plena consciência de que as tropas napoleónicas não tardariam a chegar a Portugal e era urgente proceder, sem demora, ao recrutamento de mancebos para as fileiras do exército. Não dispondo de um serviço de Registo Civil que lhe fornecesse o rol dos jovens com vinte anos de idade ou aproximada, socorreu-se do expediente de *considerar findos todos os livros de assentos de baptizados, casamentos, óbitos e testamentos*, «*que tiverem servido vinte annos, ainda que não estejam acabados de escrever*», intimando os prelados diocesanos a que transmitissem esta decisão aos párocos, com a obrigação de os entregarem, no *Cartório do livros findos*, embora só lhe interessassem os referentes aos baptizados.

A provisão pela qual o arcebispo D. José Da Costa Torres transmitia este *aviso* do Regente, recebido através da Secretaria de Estado, a todos os párocos pela *circular*, datada de Braga, em 15 de Setembro de 1807, foi transcrita no *Livro dos capítulos das visitas*, da freguesia de Rouças, Melgaço, fls. 90-90v, no dia 24 de Outubro de 1807⁴⁹ — o único onde até agora a encontramos —, embora, provavelmente, se encontre também nos cartórios de muitas outras paróquias.

Detendo-nos na análise deste documento, não deixa de ser, de certo modo, estranho, para não dizer ridículo, que o régio *aviso* comece por afirmar que o Príncipe Regente autoriza o Cartórios dos Livros Findos, considerando-os, mesmo, indispensáveis para segurança dos respectivos livros, passando depois a esclarecer o que se devia entender por *livros findos*.

Face à pretensa e infeliz justificação com que o Príncipe Regente introduz a ordem de recolha dos livros desejados, o Arcebispo de Braga não deixou de registar, na mencionada carta *circular*, que a *indispensabilidade e defesa dos livros findos* era «*couza que os prelados muito antecipadamente tinham previsto e acautalado com a criação dos cartorios, em benefício público, que assás interessa para fins espirituaes na promptidão das certidoens de cada hum dos assentos, o que muito depende da boa e segura guarda dos livros*»⁵⁰.

O *Arquivo dos livros findos* da Arquidiocese de Braga tinha vindo a enriquecer-se e assim deveria ter continuado, apesar das vicissitudes que atingiram a Igreja, no século XIX, até à sua expropriação pelo Estado, na sequência da *Lei de separação*, publicada, em 1911, nos alvares da República, que, a fim de suprir a vergonhosa carência do serviço de *Registo*

49. Publicado por nós no «Diário do Minho», Braga, 5.07.1996 (Secção “Parábola”).

50. *Ibidem*.

civil dos cidadãos, estendeu também a mão aos livros ainda conservados nas paróquias, que a Monarquia não tinha sido capaz de instituir.

Tendo percorrido vários séculos de história, podemos afirmar que o período de esplendor do património arquivístico arquidiocesano decorreu, em boa parte, desde os finais da Idade Média até ao fim do Antigo Regime, sendo-lhe particularmente adverso o período posterior à implantação do Liberalismo, a que nos vamos referir.

3. Vicissitudes do património arquivístico da Igreja, no período contemporâneo

Até ao advento do Liberalismo, houve uma progressiva preocupação com a produção e conservação dos documentos, tanto em Braga, como noutras dioceses, conforme revelam, entre outras fontes, as diversas *Constituições sinodais*. Verdadeiramente exemplares neste sector são os *inventários* dos mosteiros da Ordem de Santo Agostinho, organizados na sequência da extinção de um conjunto significativo dos mesmos, entre os quais alguns da Arquidiocese de Braga, como os de Paderne, Refóios de Lima e Landim, extremamente rigorosos, porque feito por comissões mistas de elementos nomeados por ordem régia e pela autoridade eclesiástica, contendo o respectivo *regimento*, inclusive, uma rubrica destinada à inventariação do arquivo e outra à da própria biblioteca. A vida comunitária foi suprimida, mas ficaram elementos suficientes para se aquilatar do património material e arquivístico de cada uma delas.

O período das Invasões Francesas também deixou algumas marcas no âmbito da Arquidiocese, mas os efeitos mais nefastos surgiram, em 1834, com a extinção das Ordens Religiosas: as masculinas com efeito imediato, enquanto as femininas ficavam feridas de morte e iriam agonizando, lentamente, até ao falecimento da última religiosa.

É certo que os cartórios monásticos não se podem integrar na designação de *património arquivístico arquidiocesano*, a que subordinámos esta breve exposição, tendo optado por reservar para o subtítulo do ponto 3 a expressão *património arquivístico da Igreja*, pois não deveríamos olvidar a importância e qualidade de muitos desses cartórios, de que o lente de Diplomática de Universidade de Coimbra, reformada em 1772, o cônego da Sé do Porto, João Pedro Ribeiro, nos legou uma visão de conjunto, no relatório da visita que lhes fez, publicado em 1798⁵¹.

51. RIBEIRO, João Pedro – *Observações historicas e criticas para servirem de memorias aos systema da Diplomatica Portuguesa*. Parte I, Lisboa, Academia Real das Sciencias, 1798.

Com a extinção das Ordens Religiosas, em 1834, de que também foram organizados inventários, iniciou-se o calvário dos seus arquivos e bibliotecas, com perdas irreparáveis, situação agravada pela confusão ocorrida nas tardias incorporações, com a total neutralização da possibilidade de reconstituição da estrutura orgânico-funcional dos arquivos, para não falar do desconhecimento das instituições a que eles pertenciam, etc., criando situações profundamente lamentáveis nos domínios de um correcto acesso à informação que tais núcleos documentais poderiam oferecer⁵².

Incidência directa nos cartórios de instituições arquidiocesanas teve-as a decisão liberal de extinguir as Colegiadas, tendo resistido mais alguns anos as consideradas *maiores*, nomeadamente, as de Barcelos e de Guimarães, cujos arquivos acabaram por se dividir, constituindo o da Colegiada da Senhora da Oliveira o caso mais paradigmático, dado que uma parte deu entrada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo e aí continua, outra está no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, em Guimarães, e um conjunto significativo de documentos a ela pertencentes, foi comprado pela Universidade de Coimbra, tendo dado entrada no seu Arquivo Geral, estando, há muito, devidamente catalogado⁵³.

Mas a atitude mais violenta surgiu na sequência da *Lei de separação*, a que aludimos, que confiscou os arquivos das Mitras e dos Cabidos catedralícios e os livros dos cartórios paroquiais, relativos aos baptizados, casamento e óbitos, não faltando, no entanto, casos, em que, além destes, foram levados também outros, que não estavam previstos na legislação.

Ficou, assim, a Igreja privada de um valiosíssimo património arquivístico e cultural, que tinha formado ao longo dos séculos, sabendo-se que, no caso de Braga, incluía documentação muito anterior à própria restauração da diocese, no ano de 1071.

Com a apropriação dos cartórios das Sés e Cabidos pelo poder civil, gerou-se um certo mal-estar, propício ao desânimo, mas, em Braga, a reacção surgiu poucos anos depois, pela mão de grande arcebispo D. Manuel Vieira de Matos, que, em 29 de Setembro de 1916, determinou

52. RIBEIRO, Cândida Fernanda Antunes – *O acesso à informação nos arquivos*. Vols. I e II, Porto, 1998. (Dissertação de doutoramento em Arquivística. Policopiada. Inédita).

53. COSTA, P.º Avelino de Jesus da – *Documentos da Colegiada de Guimarães*. «Revista Portuguesa de História», Coimbra, 3, 1947, pp. 356-409.

a reorganização do *registo paroquial*, publicando também o *regulamento* por que se devia orientar ⁵⁴.

No preâmbulo a este regulamento, o Prelado teve o cuidado de salientar a necessidade e a importância do registo paroquial, a cuja elaboração o pároco deve consagrar particular cuidado, bem como à sua guarda, deixando claramente expressa no n.º 4 que «os párochos são responsáveis pela guarda e conservação dos livros do registo parochial, bem como de quaesquer outros livros ou documentos pertencentes ao seu *archivo*», reflectindo o restante articulado as suas preocupações jurídico-pastorais e resolvendo, antecipadamente, eventuais dúvidas que pudessem surgir ⁵⁵.

D. Manuel Vieira de Matos conhecia bem o que a Igreja tinha sofrido, sobretudo, na sequência da *Lei de separação*, e tinha consciência de que estava a iniciar uma era nova, no âmbito dos arquivos paroquiais da Arquidiocese. Decidiu, por isso, pôr termo ao período intercalar, que decorria desde 1911, e começar o ano de 1917, num clima de uniformidade, que este regulamento preparava e veiculava, estabelecendo o ponto n.º 29: — «No proximo ano, os assentos de baptismo, casamentos e obitos começarão a ser lavrados em livros novos, devendo dar-se por findos os actuaes no dia 31 de dezembro do corrente anno» ⁵⁶.

As medidas tomadas por este Arcebispo, de acordo com a legislação e a tradição vigentes, encontraram novo e substancial apoio nos cânones 375 a 384 (em particular n.ºs 383e 384) e 424 do *Código de Direito Canónico*, publicado em 1918 ⁵⁷, e nas *constituições sinodais* aprovadas no sínodo diocesano, reunido na Sé Primaz, nos dias 25, 26, 27 e 29 de Julho de 1918, e publicadas no ano seguinte ⁵⁸, que «consagraram a obrigatoriedade, entre outros, dos seguintes registos, feitos em livros próprios: dos *baptismos* (n.º 230), das *confirmações* (n.º 243), das *ordenações* (n.º 401), dos *matrimónios* (n.º 470), dos *óbitos* (n.º 580), a que tem de se acrescentar as imposições de fazer os *inventários* das alfaías sagradas (n.º 639) e dos bens imóveis (n.º 720)» ⁵⁹.

54. «Acção Catholica», Braga, Ano I, 1916, pp. 368-374.

55. «Acção Catholica», Braga, Ano I, 1916, p. 369.

56. «Acção Catholica», Braga, Ano I, 1916, p. 374.

57. Para maior comodidade, veja-se a edição comentada por GIGANTE, José António Martins — *Instituições de Direito Canónico*. Vol. I. *Das normas gerais e pessoas*, 3.ª edição, Braga, 1955, pp. 356-362 e 452-454.

58. *Sínodo diocesano de Braga. Celebrado no ano de 1918 pelo Ex.º e Rev.º Senhor D. Manuel Vieira de Matos, Arcebispo Primaz*, Braga, 1919.

59. MARQUES, José — *Sínodos bracarense e renovação pastoral*, in «Theologica», II série, vol. XXX, casc. 2, 1995, p. 312.

A temática da escrituração em livros próprios e dos arquivos foi retomada pelo seu sucessor, D. António Bento Martins Júnior, na legislação extra-sinodal que foi produzindo ao longo do seu governo pastoral. Não vamos ocupar-nos do seu conteúdo — até porque já se dispõe de *normas* elaboradas em conformidade com o novo *Código de Direito Canónico*, publicado em 1983 —, bastando, no entanto, anotar que, para maior comodidade dos utilizadores foi incluída no volume em que foram reunidas as peças legislativas de maior interesse⁶⁰.

Para além dos aspectos estritamente jurídicos, inerentes à elaboração e conservação do património arquivístico arquidiocesano, na actualidade, na linha das orientações pontificias, deveremos olhar para ele e saber valorizá-lo também na dimensão pastoral, de fé e de cultura, não perdendo de vista a sua importância para a defesa dos direitos e salvaguarda da memória da acção e da vitalidade da Igreja.

4. Conclusão

No termo deste percurso através da prática e das intervenções legislativas dos sínodos, concílios provinciais e prelados, não vamos repetir o que tão insistentemente ficou assinalado nas páginas precedentes. Deveremos, contudo, declarar que a evocação, mesmo sumária, de tantas medidas legislativas pretendia sublinhar a preocupação dos responsáveis pela Arquidiocese, não só na defesa dos bens materiais das igrejas, mas também na preservação da memória da sua acção no cumprimento fiel dessa missão e até das próprias limitações e falhas, condição essencial para evitar reincidências em aspectos considerados negativos.

É certo que também houve erros na preservação do património arquivístico, que, neste momento, atrai a nossa atenção. Apesar disso, a acção desenvolvida pela Igreja de Braga na conservação da sua documentação, desde os tempos anteriores à fundação do Condado Portucalense e da própria nacionalidade, confere-lhe o indiscutível direito a ser reconhecida como benemérita da Cultura e da História da Igreja e da Pátria, que ninguém, de boa fé, lhe poderá negar.

E nem podemos estranhar a insistência legislativa sobre estes assuntos, porque os fiéis estavam em constante renovação: as gerações passam e não surgem no estado de quem já tivesse assimilado os legados especí-

60. GIGANTE, José António Martins – *Legislação extra-sinodal bracarense*, Braga, 1950, pp.120-324.

ficos anteriores. Não obstante as adversidades acima referidas e até alguma eventual parcela de incúria que tenha existido, abundam os elementos que permitem saudar a dimensão altamente positiva da acção da Igreja, também neste domínio específico.

O conhecimento de — e o “reconhecimento” por quanto fizeram os que nos precederam exigem-nos uma atitude de intransigente fidelidade na preservação e transmissão do legado recebido às gerações futuras, enriquecido com as aquisições do presente, podendo-se, mesmo, afirmar que os exemplos do passado são incompatíveis com eventuais apatias hodiernas face à salvaguarda e valorização do património arquivístico da Igreja, constantemente *apetecido* por alguns, que nem sequer estão em condições de poderem exaurir toda a riqueza da sua mensagem.

Conscientes da dimensão cultural e evangélica inerente ao património da Igreja — e, concretamente, da Igreja de Braga — esteja em seu poder ou nas mãos do Estado, não podemos silenciar o mérito, durante séculos, por ela acumulado também neste domínio, competindo a todos, mas, em especial, aos principais e mais directos responsáveis por esta comunidade cristã e pelas suas unidades orgânicas, que são as paróquias, envidar todos os esforços, em ordem à valorização deste vastíssimo património cultural, com particular incidência no património arquivístico — que tem sido o parente pobre — de forma a torná-lo acessível e, dentro do possível, proporcionar a sua fruição a quantos dele possam e desejem beneficiar.